



Marx, Prenome: Karl

de Pierre Dardot e Christian Laval

Uma nota centrada sobre os capítulos históricos e políticos

François Chesnais

Marx, prenome: Karl é um livro impressionante, imponente. Por seu tamanho inclusive. Com quase 700 páginas, vê-se que poderia ter sido ainda mais extenso se a editora tivesse permitido. Parágrafos muito longos, os quais cobrem muitas vezes mais do que duas páginas e, por vezes, quase quatro, não facilitam a leitura do livro. Ele é difícil mesmo para as pessoas bem afinadas com esse tipo de obra. O livro é impressionante pela envergadura dos problemas tratados e pelo grau de detalhe com que os assuntos são examinados. Por último, impõe-se por sua erudição e por seu surpreendente escopo. Inclui frequentemente novas traduções de partes dos textos originais em alemão. Por todas estas razões, *Marx, prenome: Karl* parece estar endereçado a um público especializado. No entanto, seria uma pena se as pessoas usualmente consideradas como “militantes”, as quais labutam nas organizações desenvolvendo as tarefas de formação, organizando escolas de verão ou alimentando as revistas ou os sites, ficassem desanimadas. De facto, é importante que as teses deste livro sejam discutidas. Porque Pierre Dardot e Christian Laval não são apenas académicos; eis que são, também, intelectuais engajados. E o são, não por sua participação ou por seu apoio atual a este ou aquele partido (a memória dos seus anos de militância aflora em alguns capítulos), mas devido a uma constante preocupação que está subjacente ao seu trabalho, ou seja, aquela que visa as condições da emancipação. Vale acrescentar que se esse livro tivesse sido lançado antes, a sua



leitura, sem dúvida, teria evitado certos dissabores, alguns antigos, outros mais recentes. [1]

Marx, um pensador e ativista "lutando com o seu próprio pensamento"

Por conseguinte, este artigo pretende propor o debate, gerar interesse pelo livro, sugerindo que os militantes venham a lê-lo. Os autores não esperam que os leitores concordem com as suas teses. O mesmo vale para esta própria leitura cuja primeira parte está aqui apresentada.¹

É preciso ir direto para uma de suas conclusões mais importantes. Ela exprime de modo claro algo que já há algum tempo foi reconhecido, ainda que de modo tácito, por muitos militantes. O curso da luta de classes e, portanto, o processo histórico que a humanidade viveu no século XX, anulou uma das premissas a que as organizações e os militantes marxistas se agarravam com mais força, fazendo dela um ponto de ancoragem e de apoio moral ao seu engajamento, senão mesmo um ato de fé: o movimento histórico está a favor do proletariado; este, em sua luta, está apoiado pela história, pois o capitalismo gera as condições de sua própria superação. A ideia está fortemente presente em Marx, mas aí ela se encontra contrariada por uma abordagem da emancipação em que "a história não faz nada", pois são os "homens é que fazem a história". Eles o fazem, é certo, em "condições determinadas", isto é, nas condições legadas pelo movimento anterior da luta de classes e pelo estado das forças produtivas, sabendo, no entanto, que a história não "rola fácil" para o oprimido.

¹ N. T. Este artigo foi publicado na revista francesa *Carrè Rouge*, nº 47, verão de 2012. Trata-se de uma resenha do livro Pierre Dardot e Christian Laval, *Marx, Prénom: Karl*, publicado pela Editora Gallimard, em 2012.



A tese central do Dardot e Laval é que a obra de Marx é atravessada do começo ao fim por uma grande tensão, nunca resolvida, porque não pode vir a sê-la. Marx procurou durante toda a sua vida intelectual e militante “articular duas perspectivas muito diferentes. **A primeira é a lógica do capital como sistema completo.** Esta perspectiva sobrevém de um esforço que se vê como estritamente científico e que consiste em apresentar tanto o movimento por meio do qual o capital se desenvolve “como totalidade”, “subordinando todos os elementos da sociedade”, quanto o “jogo das leis imanentes da produção capitalista” que leva o “sistema orgânico” capitalista a engendrar necessariamente um novo modo de produção. **A segunda é a lógica estratégica** do confronto, isto é, da luta de classes. Trata-se de apreender e revelar, por meio da análise de situações históricas determinadas, como atividade humana e dos grupos humanos, em luta uns com os outros, produz uma série de mudanças nas condições dessa luta, assim como nas subjetividades dos participantes da luta” (p. 11).

Para Dardot e Laval, não se pode “escolher um Marx”, “selecionar aquilo que nele se aprova” (p. 19). Se alguém quer insistir de algum modo nessa questão, então a única opção que terá é a de reconhecê-lo como um pensador que, do começo ao fim da vida, “lutou com seus próprios pensamentos”. Pelo relato de Friedrich Engels, sabe-se da exclamação de Marx após a leitura dos textos de Jules Guesde: “Bem, eu não sou marxista! ”. Procurando fazer um balanço – agora que uma certa “doxa” afundou –, cada um pode tentar se safar da questão proclamando-se um “marxiano”. Foi isso que fiz, às vezes. Mas, Dardot e Laval se recusam a seguir por essa via fácil, considerando que é “inútil se recusar a ver a influência de Marx no marxismo”. Eles aceitam assumir a sua condição de “herdeiros de Marx e do marxismo”, enfrentando a “tarefa que



consiste em se relacionar consciente e ativamente a sua própria condição de herdeiros, para assim poder questionar uma obra ainda a ser descoberta” (página 21).

Quanto ao marxismo, é necessário que sua “herança muito especial [...], estabelecida e integrada nos aparelhos políticos, sindicais e estatais, [seja] radicalmente posta em questão para que se tenha a oportunidade de pensar de modo novo uma saída do capitalismo”. E isto por todos, começando por (e eu diria mesmo, sobretudo por) aqueles que são treinados na luta contra o stalinismo, mas também pelos coveiros da Revolução de Outubro, pelos propagadores que levaram ao oeste da Europa certas representações apologéticas do capitalismo. Eis que as relações de todos eles, não só com Lenin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, mas também com Marx, tiveram uma carga emocional particularmente intensa. [2] Nestes termos, escrevem Dardot e Laval, torna-se necessário “mostrar as dificuldades [que Marx] encontrou em virtude mesmo do seu modo singular de pensar”, pois somente assim pode se tornar possível “enxergar de forma nova uma articulação da lógica expansiva do capital e das potencialidades emancipatórias inscritas nos conflitos de classe, potencialidades estas que dão esperança à humanidade de que haja uma saída do capitalismo” (p. 21).

Começa-se agora a compreender as razões para o tamanho do livro. Para defender a tese de que, ao ler Marx, está-se diante de uma obra atravessada e movida de ponta a ponta por uma tensão jamais superada, Dardot e Laval são forçados a mergulhar – e nós junto com ele – na maior parte dos escritos de um homem que procurou, com a ajuda de Engels, abraçar tudo de seu tempo. O tamanho do livro também depende do rigor com que Dardot e Laval estabelecem as origens intelectuais e as filiações do pensamento de



Marx (a começar em relação a Hegel). Poucos livros, pelo menos em francês, foram capazes de considerar com tal grau de detalhe a massa e a variedade dos materiais que alimentaram a “máquina Marx” (título do primeiro capítulo): inúmeros autores, filósofos, historiadores, economistas, cada um na língua original, mas também jornais, relatórios oficiais, as primeiras compilações estatísticas.

Que fique claro: é preciso abandonar a ideia de que a história está do lado do proletariado

Eis o que é dito: o movimento histórico está do lado do proletariado, uma vez que o próprio capitalismo cria as condições de sua própria superação. Ora, essa ideia se tornou nas mãos dos marxistas e até mesmo, especialmente, nas mãos dos militantes que nunca pararam de lutar, a coluna vertebral de uma opinião corrente ou mesmo de um catecismo. Mas, de fato, ela foi primeiramente apresentada por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* de 1847 e, em seguida, por Marx, no final do primeiro volume de *O Capital*. Nas escolas de formação, a conclusão do primeiro capítulo do *Manifesto* foi comumente usada para defender “a necessidade do socialismo” tanto como única resposta à barbárie tanto como produto do desenvolvimento capitalista:

A condição de existência do capital, é o salarido. O trabalho assalariado repousa exclusivamente sobre a concorrência entre os próprios trabalhadores. O progresso da indústria, do qual burguesia é o agente sem vontade própria e sem resistência, substitui o isolamento dos operários, resultante de sua concorrência, por sua união revolucionária por meio da associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria mina, sob os pés da burguesia, até mesmo o terreno em que ela estabeleceu o seu sistema de produção e de apropriação. Acima de tudo, a burguesia produz seus próprios coveiros.



E no capítulo XXXII do primeiro volume de *O Capital*, nomeado *Tendência histórica da acumulação capitalista*:

Conforme diminui o número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste período de evolução social, aumenta a miséria, a opressão, a escravidão, a degradação, a exploração, mas também a resistência da classe trabalhadora em constante ampliação e cada vez mais disciplinada, unida, organizada pelo próprio mecanismo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave ao modo de produção que cresceu e floresceu com ele e sob os seus auspícios. A socialização do trabalho e a centralização de seus equipamentos chegam a um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Este invólucro quebra. A hora da propriedade privada capitalista chegou. Os expropriadores por sua vez são expropriados. [3]

Em uma passagem em que o comprometimento deles é particularmente claro, Dardot Laval escrevem:

Não só é preciso desistir da ideia de que um modo de produção superior possa "sair" do capitalismo por meio de um parto, mas é necessário combater tal sobrevivência como uma das formas mais perigosas em si mesma de ilusão. Se a ideia de uma "gestação imanente" do comunismo é vista agora como um resultado imaginário, então é preciso resolver a disjunção radical das duas lógicas que funcionam dentro do pensamento de Marx, reconhecendo lucidamente nessa disjunção o caráter de nossa própria situação (p. 674).

Nos textos publicados no *Carré Rouge*, notadamente no diálogo com o *L'Encontre*, *A contre-courant* e *L'Émancipation*, analisou-se o modo como um longo período da história da luta de classes e do movimento operário havia chegado ao fim. Foi dito que era preciso se convencer completamente disso para procurar explicar aos outros. Mas não foi dito, no plano teórico, que o fim de um período histórico era também o fim de uma certa interpretação da história, de tal modo que se põe a necessidade de parar de "tentar provar por meio de leis objetivas da história aquilo que vem a ser um projeto de emancipação política, o qual não está inscrito no curso das coisas". (p. 609)



O processo revolucionário como processo de auto constituição e autotransformação histórica da classe trabalhadora

Um livro que tem esse objetivo e que, portanto, abrange um tal campo só pode ser longo.... Quando um de seus autores é um filósofo e o outro, um historiador do pensamento político, ele não pode também deixar de ser muito difícil em alguns capítulos. Seu plano, bem como as suas ligações frequentes com o fio condutor central, permite, no entanto, uma leitura por mergulhos repetitivos, começando com os capítulos cujo material é ou parece ser mais familiar. Este é o caso dos três capítulos da segunda parte, *As classes e sua guerra*, cuja leitura é imediatamente acessível. Eles se concentram sobre os textos histórico-políticos de Marx, muitas vezes considerados como uma trilogia: *As Lutas de Classes em França*, *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte* e *A Guerra Civil em França*. Munido por um entendimento inicial da questão geral aí tratada, estes capítulos podem ser lidos separadamente. E é Isso o que se vai fazer aqui.

O primeiro capítulo desta parte (Capítulo III) examina cuidadosamente uma dívida que Marx reconheceu em relação aos historiadores burgueses franceses dos séculos XVIII e XIX, antes de escrever a primeira frase do *Manifesto Comunista*: “a história da toda a sociedade até agora foi a história da luta de classes”. Dardot e Laval põe, então, uma série de marcos teóricos que serão desenvolvidas nos próximos dois capítulos, um deles em 1848 e 1851 e um outro na *Comuna de Paris*. A apresentação que fornecem de Marx não é aquela que é mais ensinada nas escolas de formação dos partidos e das organizações marxistas. Porque faz dele um autor de uma “reflexão original sobre a atividade revolucionária do



proletariado, uma atividade que ele próprio concebeu tanto como transformação das condições sociais da ação, como um processo de autotransformação dos envolvidos na ação”.

Para Dardot e Laval, “Marx pensou o processo revolucionário como um processo de auto constituição e de autotransformação histórica da classe trabalhadora, o qual não pode ser confundido com o processo de autodesenvolvimento do capital” (p. 201). Lembram, então, as contribuições de Edward P. Thompson, em *The Making of the English Working Class*, publicado em 1963 [4], e as de Jacques Rancière sobre o discurso do trabalhador (1976) [5], antes de sublinhar que

a tradição marxista subestimou em grande medida essa dimensão auto formativa e autoeducativa da classe trabalhadora justamente por causa mesmo do monopólio da ciência legítima que as organizações marxistas pretendem deter.

Haveria “no marxismo duas formas de ocultar esta dimensão da luta”. Sobre uma delas, aquela da “concepção de estratégia que faz do partido o seu centro nervoso”, Marx não tem qualquer responsabilidade: eis que ela foi desenvolvida por Lênin, sendo agora alimentada pelas organizações trotskistas, especialmente as que têm se salientado um pouco. Sobre a outra, aquela que “dá primazia ao desenvolvimento da produção sobre todas as outras considerações”, Marx tem uma responsabilidade importante.

Se o marxismo não nega, obviamente, a luta de classes e muito menos a necessidade da tomada do poder, ele tem a tendência de fazer depender os conflitos e as revoluções do desenvolvimento econômico, o qual torna inevitável a mobilização dos explorados. A ação política ainda é necessária, mas ela está sujeita às condições econômicas (p. 217).

Esta posição decorre da ideia de que o capitalismo engendra as condições de sua própria superação. Esta é uma das causas da tensão que marca os três livros históricos-políticos em que Marx procura ele mesmo contrapor-se amplamente ao determinismo dado



pelo estado das forças produtivas, propondo uma compreensão da história a partir da lógica da luta.

Em *As lutas de classes em França*, o *Dezoito de Brumário* de Louis Bonaparte e *A guerra civil em França*, de acordo Dardot e Laval, encontra-se uma “perspectiva ‘estratégica’ que registra cuidadosamente os respectivos movimentos das classes, as quais avaliam suas forças relativas, resumem os propósitos e as questões da luta, observam os modos de organização e de representação, mantendo a maior atenção à forma como as relações de classe mudam, transformando cada uma das classes em luta” (p. 219). Em Marx, dizem eles, a luta não é apenas um confronto entre dois combatentes prontos para a batalha, conscientes de seus seres e seus propósitos. É na luta mesmo que se clarificam os termos do confronto e os objetivos dos lutadores e que se “produzem” os sujeitos da luta.

Quase chegando ao final do primeiro capítulo de *As lutas de classe em França*, Marx fala na “força criativa da revolução”. Dardot e Laval fazem dessa afirmação um fio condutor de suas análises desses três livros históricos-políticos. Escrevem que “a luta é fundamentalmente criativa, que ela é um processo de transformação das condições, dos objetivos e dos próprios sujeitos em si mesmos”. Para Dardot e Laval, “é necessário levar a sério a ideia de que ‘a emancipação será obra dos próprios trabalhadores’. É a própria ação que, transformando as condições existentes, produz como resultado novas condições de libertação. É na luta, e de modo acelerado, na sequência da crise revolucionária, que o proletariado se torna sujeito revolucionário, que ele se transforma e se emancipa. A luta pela emancipação já é uma emancipação no sentido de que a ação é sempre autotransformação. E se ela está aberta a um novo possível, é porque ela cria o sujeito dessa nova oportunidade histórica”.



Referindo-se às posições conhecidas de intelectuais militantes nas organizações trotskistas ou que a elas pertenceram até o fim da sua vida, Dardot e Laval se situam mais perto de Jean-Marie Vincent do que de Daniel Bensaid, sobretudo na questão concernente ao partido. “Embora, obviamente, algumas formulações do *Manifesto* possam sugerir que os comunistas tenham um conhecimento geral que lhes dá uma superioridade de fato sobre as massas, [eles] não formam um grupo separado, pois são apenas a fração mais resoluta dentro do movimento operário. Eles não visam ‘moldar o movimento proletário’ de acordo com princípios específicos, mas representar o movimento como um todo. As teses comunistas ‘apenas expressam, em termos gerais, as condições reais de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que acontece sob os nossos olhos’. Basta dizer que os comunistas estão lá para iluminar a ação do proletariado, elucidando as causas, as condições e os objetivos do movimento em que eles estão envolvidos”. Eles não se constituem como ‘partido dirigente’ ou como ‘vanguarda’ do proletariado, mas ‘exercem no movimento proletário a função de espelho, que consiste apresentar aos trabalhadores as suas próprias experiências e em se esforçar, junto com eles, para apreender o sentido da sua ação” (p. 224). Este comentário sobre a posição dos comunistas no *Manifesto* é um pouco idealista. É realmente possível “reenviar os trabalhadores às suas próprias experiências e se esforçar, junto com eles, para apreender o significado de sua ação” deixando de verdade, completamente de fora, o seu próprio quadro de referência? Marx e Engels não são bem considerados senão atestando sua defesa e ilustração da *Comuna*.

**A análise do bonapartismo requer uma teoria da
“negação da negação” na esfera do Estado?**



A leitura que Dardot e Laval fazem desses três livros históricos-políticos encantarão todos aqueles que prestaram pouca ou nenhuma atenção à Marx. Mas ela será também muito estimulante para aqueles que o revisitam nos dias de hoje. O foco central dessa leitura reside nisto. Frente à revolução de 1848, na França, a teoria da contradição histórica entre as forças produtivas e as relações de produção, isto é, entre o proletariado como a força produtiva e o capital como uma relação social de produção, cujo desenvolvimento Marx e Engels haviam exposto no *Manifesto*, legou um problema. Como, de fato, sustentar que há uma relação necessária entre o desenvolvimento das forças produtivas, a luta econômica e a eclosão da luta política revolucionária e, ao mesmo tempo, aceitar um modelo de "divisão do trabalho europeu", conforme uma hierarquia tripla: "o proletariado alemão é o teórico do proletariado europeu, assim como o proletariado Inglês é seu economista e o proletariado francês é o seu político?". Como entender que o proletariado de Paris, em 1848 e, depois, em 1871, desmentiu por seu comportamento qualquer evolucionismo econômico "subindo para assaltar os céus"? Como explicar que a revolução dos primeiros trabalhadores foi desencadeada em Paris e não na Inglaterra?". Há uma "lacuna" que abre o caminho para uma análise dos momentos revolucionários, tanto em termos das estratégias de classes que se chocam e as capacidades criativas dos trabalhadores no momento da luta. Dardot e Laval falam muito bem disso tudo, mas isso não lhes parece suficiente para. Pois, querem preencher a lacuna de um modo absoluto, emprestando à Marx uma teoria da "negação da negação à francesa".

Sua análise repousa sobre uma análise das relações de Marx com Hegel, em que a influência deste último é ainda mais forte do que consideraram outros comentadores. De acordo com eles, para



Marx, “do mesmo modo que o desenvolvimento da grande indústria prepara a ‘expropriação dos expropriadores’, o reforço do poder do Estado prepara sua destruição futura”. O papel político do proletariado francês teria o seu fundamento na estrutura política centralizada da França, o que teria precedência sobre esquema de determinação econômica da superestrutura pela subestrutura, uma constante. Dardot e Laval fazem uma boa apresentação da análise de Marx sobre “o papel do Estado, instrumento de uma classe contra outra. O paradoxo do bonapartismo é que a burguesia para dominar socialmente teve de substituir a forma parlamentar que assegurava às frações a possibilidade de uma dominação comum por uma forma autoritária que concedia ao executivo a maior parte do poder. Este é o coração da análise do golpe de Estado de Louis Bonaparte.

Para Marx, as armas de que se serviu a burguesia para derrubar o feudalismo voltam-se contra ela. A reivindicação das liberdades, os poderes de controle do parlamento, o peso atribuído aos interesses e às opiniões em assuntos públicos, enfim, todo o “liberalismo” se torna uma ameaça à dominação burguesa quando outras classes sociais passam a fazer política, muito especialmente o proletariado. Se o liberalismo e a constituição republicana são armas de conquista do poder pela burguesia, isso não faz delas armas de dominação da sociedade” (p. 272). Surge em sequência o que parece ser um desejo forte de Laval e Dardot de colocar Marx em um esquema explicativo a partir da frase “Hegel é meu mestre”.

Escrevem, então, que o “aparelho de Estado se autonomiza da sociedade, que ele suplanta a representação política direta da classe social dominante, e isto em nome dos interesses econômicos dessas mesmas classes, isto é, em nome da acumulação de capital. A dominação da burguesia passa pela desapropriação do governo direto das outras classes em favor de uma administração central da



sociedade. Este movimento é muito parecido com aquele da desapropriação da grande massa de proprietários de suas propriedades por meio da centralização e concentração do capital em algumas mãos. Marx segue um esquema semelhante àquele que emprega, no campo econômico, à concentração de capital. Este esquema de evolução histórica é aquele da “negação da negação à francesa”. Os confrontos de classe devem conduzir ao fortalecimento da dominação da burocracia centralizada e separada da sociedade. O instrumento político do poder da burguesia se concentra e, assim, se separa e se isola frente a sociedade até se tornar o único alvo da revolução proletária” (p. 274).

Na introdução, Dardot e Laval apresentam [Marx como] “um pensador que, ao longo de sua vida, esteve sempre em luta com os seus pensamentos”, um homem cujas “finas análises estratégicas desenvolvidas a propósito de 1948 não parecem escapar da redução econômica senão para se submeter à necessidade inelutável de destruir a máquina burocrática e militar. Se Marx não pode aplicar ao caso francês o esquema segundo o qual o desenvolvimento econômico engendra os seus “coveiros”, ele se apoia no modelo da hierarquia tripla para acomodar a situação francesa em uma certeza análoga: aqui não é a lógica do desenvolvimento do capital que conduz necessariamente à passagem ao comunismo, mas vem a ser o desenvolvimento da burocracia que conduz de modo necessário à passagem para uma nova forma de poder” (p. 275).

Dardot e Laval vão ainda mais longe mencionando que a análise de Marx “desagua num ato de fé na necessidade histórica da destruição do Estado de acordo com a lógica da negação da negação”. E essa acusação de que se trata de um “ato de fé” repousa na interpretação de duas frases de Marx. Aquela segundo a qual “a derrubada da República parlamentar contém em gérmen o



triunfo da revolução proletária” e aquela que, ao retrazar as etapas da revolução de 1948, mostra que esta “aperfeiçoa o poder parlamentar para derrubá-lo em sequência. Uma vez atingida essa meta, ela aperfeiçoa o poder executivo, reduzindo-o a sua mais simples expressão, isola-o, dirige contra ele toda censura para concentrar todas as suas forças de destruição e, quando tiver concluído a segunda metade de seu trabalho de preparação, fará a Europa mover-se de seu lugar para exclamar exultante: enterrou bem, velha toupeira!” Ora, isto me parece mostrar menos um “ato de fé em uma necessidade histórica” que tem raízes hegelianas do que um prognóstico político otimista, feito ao final de uma caracterização dos traços particulares do Estado na França, isto é, um tipo de prognóstico ao qual os revolucionários, a partir de Babeuf, estavam acostumados e ao qual nós (os militantes), estamos todos entregues sob uma forma que Daniel Bensaid nomeou de uma “doce impaciência”.

O capítulo sobre a *Comuna*

O capítulo *Marx, prenome: Karl* é muito bem documentado. Ele percorre, para não dizer muito, o conjunto da opinião corrente que vem sendo transmitida por mais de um século, de geração em geração, por ativistas revolucionários aos novos companheiros nas escolas de formação dos partidos e das organizações. Assim se perde uma interpretação mais acurada, em certos momentos, daquilo que Marx escreveu. É o que ocorre com a frase “a antítese direta do Império foi a *Comuna*” que apoia a tese da “negação da negação à francesa”. É o que ocorre, também, com a passagem no segundo informe ao Conselho Geral da Internacional sobre a Guerra



Franco-Prussiana em que Marx diz esperar que o proletariado de Paris não venha a cair numa armadilha preparada para ele:

A classe operária francesa, assim, se encontra colocada em circunstâncias extremamente difíceis. Qualquer tentativa de derrubar o novo governo, quando o inimigo ataca quase às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses devem cumprir o seu dever como cidadãos; mas, ao mesmo tempo, eles não devem se deixar enganar pelas lembranças nacionais de 1792, tal como os camponeses franceses se deixaram iludir pelas lembranças nacionais do Primeiro Império. Eles não têm de repetir o passado, mas construir o futuro.

Ora, onde eu só vejo um apelo aos trabalhadores parisienses para preservarem as suas forças, Dardot e Laval veem um texto que antecipa “a linha geral de *A guerra civil na França* que quer ver na *Comuna* uma pura invenção do futuro”.

O *Informe de 1871* ao Conselho Geral, escrito após a derrota e o massacre traduz, por meio de passagens vibrantes, o ódio visceral que Marx dedicava à burguesia. Ele também mostra como era difícil para Marx e Engels respeitarem eles próprios a condução que tinham defendido no *Manifesto* (veja acima). O que Engels escreveu mais tarde, ao dizer que o *Informe* “tornou consciente as tendências inconscientes da *Comuna*”, não prestou os melhores serviços às organizações revolucionárias posteriores. [6] O *Informe* é, obviamente, um texto de combate que logo foi publicado em inglês, rapidamente traduzido para o alemão e para o francês, tendo sido amplamente divulgado em muitos lugares. Ele teve um efeito performativo tão importante quanto o do *Manifesto Comunista*. Dardot e Laval citam Bernard Noël a esse propósito: “Marx conseguiu mudar a visão da *Comuna*: ele fez com que ela viesse a figurar doravante, essencialmente, como um governo da classe obreira”.

A publicação dos comentários que Lenin fez de *A guerra civil na França*, em 1917, na Finlândia, no momento ou diante da



possibilidade que se desenhava de derrubada do governo de Kerensky, apareceu, em seguida, publicado sob o título de *O Estado e a revolução*, fez o resto. Eles observam com razão que se “os marxistas de todas as tendências [...] pudessem discutir sobre muitas questões do jeito que ele tinha compreendido a doutrina tirada de Marx, ninguém duvidava que ele tinha apreendido a verdade do *Levante de 1871*. Gerações de marxistas repetiram assim, a propósito da *Comuna*, as fórmulas de *A guerra civil na França* ou as de *O Estado e a revolução*”. Se “estes dois textos têm recebido inúmeras e contraditórias exegeses, não é tanto o significado da *Comuna* que está em jogo, mas a maneira como é posto o problema crucial da tomada do poder, do Estado e do partido”.

Dardot e Laval construíram esse capítulo em torno do exame de quatro pontos-chaves da “interpretação canônica” sobre a *Comuna* tal como esta foi transmitida pela tradição marxista: “*A guerra civil na França* é uma transcrição fiel dos fatos e das ideias da *Comuna*; a experiência da *Comuna* foi radicalmente nova, porque se tratou do primeiro ‘governo dos trabalhadores’ no mundo; a *Comuna* é historicamente ‘a antítese do Império’ e contém em si mesma o declínio do Estado; o fracasso da *Comuna* se deve à falha da organização centralizada.” A demonstração de que o *Informe* não é uma transcrição fiel dos fatos e das ideias é feita com base em uma leitura de historiadores e testemunhas da *Comuna* como Lissagaray ou Jules Andrieu, autores desconhecidos para a grande maioria dos militantes. Quanto ao contexto doutrinário, Dardot e Laval dão – de um modo bastante convincente – uma maior importância à influência de Proudhon do que muitos autores. Aqui se vai tratar de apenas duas das quatro questões, mas não da questão do “comunitarismo”,



a qual os autores dão grande importância, considerando que Marx compreendeu as potencialidades radicais depois do golpe.

“O grande feito social da *Comuna* foi sua própria existência e sua ação”

Em relação à *Comuna* como o primeiro “governo dos trabalhadores”, Dardot e Laval destacam aquilo que nos escritos Marx fez dele um teórico das condições de emancipação. Eles não deixam, entretanto, de mostrar espanto diante “do lugar reservado à atividade prática do proletariado. Segundo certa interpretação, esse lugar está aparentemente determinado pelo esquema histórico da negação da negação à francesa. Eis o tema que eles querem desenterrar: “um governo da classe operária que visa a sua própria emancipação é, para Marx o “real segredo” real da *Comuna*”. Por isso, enfatizam que, para Marx, “mais do que pelas medidas setoriais e parciais, as quais não tiveram tempo para dar resultados efetivos, a *Comuna de Paris* já é plenamente comunista (um ‘comunismo possível’), porque pôs em prática o ‘governo dos produtores por eles mesmos’”. Destacam o que Marx escreveu: “o grande feito social da *Comuna* foi a sua própria existência e ação. As suas medidas particulares apenas puderam mostrar a tendência de um governo do povo pelo povo”. Essas observações e essas frases espalhadas no texto de Marx mostram de algum modo que ele manteve uma linha de reflexão preciosa e rara, e mesmo única, que aborda a arte do governo democrático e, especificamente, do autogoverno socialista” (p. 291).

A análise que Dardot e Laval propõem sobre o modo como Marx hierarquiza as causas da derrota da *Comuna* reporta-se à tese central do livro, ou seja, de que há uma tensão presente em seu pensamento entre, de um lado, o primado da luta de classes e, de



outro, o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Eles pensam que, para Marx, em primeiro lugar, a derrota da *Comuna* corrobora o fato de que “só o desenvolvimento do capital pode criar as condições para a vitória do proletariado, pois a revolução social tem como pressuposto o desenvolvimento econômico”. Assim, as relações políticas entre as classes atuaram a favor de Versalhes por causa da ausência da grande indústria e, portanto, de uma grande concentração de proletários. As fraquezas da *Comuna*, ou seja, o baixo grau de centralização das decisões em plena guerra civil diante do inimigo, aparece em segundo lugar. Os ‘communards’, mesmo sabendo que estavam obrigados, recusaram-se a marchar sobre Versalhes num momento em que ainda havia alguma desorganização do lado da burguesia.

Em sua correspondência privada, escrevem Dardot e Laval, “Marx foi muito mais severo que no *Informe*, mas as suas críticas permaneceram limitadas e, de qualquer modo, muito mais moderadas do que aquelas desenvolvidas pelos historiadores e testemunhos das *Comuna*. Lissagaray referiu-se mesmo a um “parlamento tagarela”, tendo Jules Andrieu sublinhado os excessos do parlamentarismo da *Comuna*. Foi Trotsky nas Lições da *Comuna*, de 1921, que os colocou em primeiro plano. Trotsky era, então, o responsável pela III Internacional do Partido Comunista Francês, então mal saído do Congresso de Tours. Ele considera, segundo Pierre Broué, que a direção “empacou” e que era preciso mudá-la. É para os militantes comunistas franceses que ele faz um balanço da *Comuna*, na perspectiva de uma futura revolução em que o proletariado de Paris seria o protagonista: “Ao invés de uma política de ataque e de agressão que poderia sozinha salvar a situação, os dirigentes de Paris tentaram se fechar em uma autonomia comunal: eles não atacariam os outros, se os outros não os atacassem; pois,



cada cidade tem um sagrado direito ao autogoverno. Essa conversa idealista (do gênero do anarquismo mundano) cobriu na verdade a covardia diante da ação revolucionária que deveria ser empreendida de forma contínua até o final, porque ela, em caso contrário, não devia ter começado. A hostilidade em relação a organização centralista (herança de localismo e autonomismo pequeno-burguês) é, sem dúvida, o lado fraco de uma certa fração do proletariado francês. A autonomia das seções, dos distritos, dos batalhões, das cidades, é para certos revolucionários, garantia superior da real atividade e da independência individual. Mas este é um grande erro, que custou caro ao proletariado francês". [8]

A complexidade das ideias de socialismo e de comunismo em Marx

O último capítulo de *Marx, Prenome: Karl* versa sobre o socialismo e o comunismo. Sua finalidade é demonstrar que a compreensão ortodoxa segundo a qual Marx teria rompido com a "imaginação" dos "reformadores do mundo" para conceber uma nova teoria científica (opinião corrente estabelecida e difundida pela brochura de formação escrita por Engels, *Socialismo utópico e socialismo científico*) está muito longe de corresponder tanto às relações de Marx com principais teóricos "utópicos" quanto à maneira como ele questionou suas próprias ideias no fim de sua vida. Dardot e Laval expressam a sua concordância com Maximilien Rubel que destacou estarem as "dimensões éticas e as orientações utópicas no início mesmo do pensamento de Marx" [9]. Mas eles acusam Rubel de tornar Marx um autor perfeitamente unificado, embora essa unificação não seja aquela da ortodoxia. Para Dardot e Laval, o comunismo como uma ideia "de uma nova ordem no



“mundo” (uma expressão de *A sagrada família*) seria em Marx “a resolução imaginária da tensão entre diferentes perspectivas que atuam em sua obra: a ação prática do proletariado funde-se com as tendências objetivas do modo de produção capitalista, os objetivos políticos que eles se dão coincidem com a gestação do comunismo no próprio ventre do capitalismo. Dardot e Laval sublinham bem que não há messianismo algum em Marx e Engels. Em *A Ideologia Alemã*, eles “chamam de comunismo o movimento real que suprime o estado atual das coisas”. A tese sustentada por eles é que a ideia de comunismo no pensamento de Marx funciona como uma “cola” que elimina a tensão ou a contradição entre duas lógicas coexistentes em todos os seus escritos.

Não estou convencido quanto ao uso da palavra “imaginário” e menos ainda com a expressão “projeção idealista” incluídas no título do capítulo. Não vejo como Dardot e Laval serão capazes de escapar delas à medida de continuarem o seu trabalho sobre emancipação. Na seção que conclui o seu longo livro, eles escrevem que “a humanidade não está condenada ao capitalismo, embora em nenhum lugar esteja escrito que ela vá sair dele algum dia. Tudo depende da atividade prática dos homens, isto é, da conclusão de suas lutas sociais e políticas, de sua capacidade de coproduzir novas instituições por meio de suas lutas, ou seja, de instituir novas normas e de testar novas formas de vida, que os levem para além do capitalismo, desde que eles o queiram, ou seja, que possam desejá-lo” (p. 675). Esta atividade prática dos homens, parece-me, para ser colocada em movimento exige tanto o surgimento de certas condições políticas (fissuras que se abrem no sistema de dominação, assim com a generalização de um sentimento de que algo insuportável foi mantido durante um tempo longo demais), mas também uma projeção em direção a um “além do capitalismo”, algo



que possui necessariamente uma dimensão utópica e, por isso, “idealista”. Parece-me que não pode haver qualquer movimento engajado num processo de luta de massas, incluindo o ensaio de novas formas de vida social, sem imaginação. Esta é essa porção militante de Marx – à qual Christian Laval dedicou um pequeno livro [10], escrito à margem de seu trabalho com Pierre Dardot – que exige este “imaginário”. Voltando agora ao *Marx, prenome: Karl*, não vejo como “a emancipação como um ato prático [possa] chamar-se emancipação enquanto projeto” (p. 691) sem que não intervenha uma “projeção idealista”.

Feita essa observação, o Capítulo XI afigura-se valioso à medida que mostra a extraordinária fluidez do pensamento de Marx em seu diálogo com os autores que contribuíram para moldar seu pensamento. Terminei a leitura compreendendo em que grau aquilo que havia sido feito no texto com caráter de manifesto, o qual fora publicado em conjunto no *Carré Rouge*, no *L'Encontre* e no *A contre-courant et emacipation sociale* [11], fora algo que Marx (tal como Lenin já tinha notado) havia recusado. Ou seja, tentar definir na seção final do texto em questão, embora com algumas frases de precaução introdutórias, o comunismo por meio de cinco pontos. Trabalhar sobre a palavra comunismo tanto em Marx e Engels quanto em certos pensadores com os quais, tanto contra como a favor, eles discutiram, requer “diferenciar dois modelos, aquele da comunidade de bens e aquele da associação dos indivíduos”. [12] Ora, é este segundo modelo (não aprecio a palavra modelo, pois preferiria a palavra “concepção”) que Marx se apropria para desenvolvê-lo, esforçando-se para “redefinir o comunismo de tal sorte que ele viesse a se opor a tudo aquilo que esse termo até então significava, acabando finalmente por identificá-lo com a própria ideia de associação” (p. 619). Mas, escrevem Dardot e Laval,



“basta examinar o uso que Marx e Engels fazem do termo “associação” para se convencer que eles continuam a dar a esse termo uma força de sentido que não é isenta de ambiguidade. Às vezes, esse termo se refere a um processo objetivo que ocorre na produção capitalista, na cooperação e na divisão do trabalho, mas, outras vezes, ele se refere à sociedade comunista, como algo que resulta justamente desse mesmo processo objetivo” (p. 627). A ideia de associação em Marx é, então, sucessivamente examinada em sua primeira relação com a grande indústria e com a ideia de “indivíduo total”. Há também amplos desenvolvimentos sobre a relação de Marx com todos os pensadores socialistas ou comunistas do seu tempo. Ora, tudo isto é, obviamente, bem mais complicado do que aquilo que figura em *Socialismo utópico e socialismo científico* ou mesmo em Maximilien Rubel; ainda assim, o resultado é muito gratificante.

O capítulo termina com um retorno à apresentação de Marx como um pensador sempre pronto a colocar as próprias ideias em questão. Discute-se aí, então, a “via russa” a qual Marx esteve fortemente interessado em seus últimos anos, chegando mesmo até a aprender russo e a suspender a conclusão dos capítulos do Volume III de *O capital* e a redação dos capítulos anunciados para o fim do Livro III. Dardot e Laval dedicam a esse tema uma seção de mais de trinta páginas, a qual pode ser lida separadamente do todo.

Tudo começa pela reação de Marx à interpretação dada pelo principal teórico do populismo, N. Mikhailovski, à tradução publicada de *O capital* em russo, em 1872. Mikhailovski caracterizara o pensamento de Marx como uma filosofia fatalista da história que tornava necessário o capitalismo na Rússia. Marx, em sua resposta, afirmou não só que também ele acreditava que a comuna russa era “a melhor oportunidade que história teria ofertado ao povo daquele



país” para evitar a devastação do capitalismo, mas aproveitou a oportunidade para questionar os seus discípulos que transformaram o seu “esboço da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica de um caminho genérico o qual se impõe fatalmente todos os povos”. A pesquisa de Dardot e Laval sobre a longa correspondência de Marx com autores e ativistas russos, assim como sobre o destino que lhe foi dado até muito recentemente, tem resultados muito interessantes, os quais dizem respeito a um “marxismo” pouco questionado até mesmo pelos teóricos anti-stalinistas. David Riazanov, o primeiro editor das cartas à Vera Zasulich, chegou mesmo a sugerir que o esforço teórico final Marx era um testemunho de seu declínio intelectual. Dardot e Laval estimam, ao contrário, que “o esforço de Marx, nos seus últimos anos, consistiu em dar um novo fundamento histórico para a perspectiva do comunismo, mesmo ponto seriamente em risco todo o edifício teórico construído sobre a base da cognição evolutiva e progressista do século XIX. Ele não procurou qualquer nova forma de renascimento da utopia, pois buscou uma reorientação do comunismo científico com base em novos conhecimentos, a partir da experiência política dos ‘*communards*’ de Paris e dos populistas russos” (p. 667).

Penso ter dito o suficiente para incentivar os leitores a se aprofundarem na leitura de *Marx, prenome: Karl*. Em um artigo posterior, tratarei dos capítulos sobre a lógica expansiva do capitalismo, aquela em que dinheiro que se tornou a capital procura se reproduzir “sem fim e sem limites”.

Notas

[1] A minha leitura de Marx é marcada por minha formação na OIC-PCI, no grupo liderado por Stéphane Just, “*Combattre pour le socialisme*”, assim como por minha vivência no *Carré Rouge*.



[2] Em meu caso, penso na teoria do neocapitalismo defendida pelos teóricos do Partido Comunista Italiano e pelo CGIL, que, numa avaliação atual, gerou terríveis danos.

[3] Em retrospecto, eu me pergunto como continuamos na OCI-PCI a ver o duplo movimento de centralização do capital e da concentração da classe trabalhadora como um processo ainda em curso, considerando junto com Trotsky que “as condições objetivas e subjetivas para a revolução (estavam) não só maduras, mas (tinham) começado a apodrecer”.

[4] Tradução francesa publicada por Gallimard-Le Seuil, Paris, em 1988, e reeditada em 2012, em Pontos, série História.

[5] Jacques Rancière e Alain Faure, *La parole ouvrière*, 10/18, editada por Christian Bourgois, e reeditada pela La Fabrique, em 2007.

[6] Na OIC-PCI, “expressar conscientemente o movimento inconsciente” foi um motivo condutor (*leitmotiv*) permanente.

[7] Pierre Broué, *Trotsky*, Fayard, 1988, p. 349.

[8] Leon Trotsky, *Les leçons de la Commune*, 1921.

[9] Ver, por exemplo, Maximilien Rubel, *Marx critique du marxisme*, Payot, 1974, reedição de 2000, p. 359.

[10] Christian Laval, *Marx au combat*, Editions Thierry Magnier, Paris, 2009.

[11] *Penser le communisme, le socialisme aujourd’hui* (2006), ainda consultável pelo menos no *Carré Rouge*, no sitio www.carre-rouge.org

[12] Aqui, Dardot e Laval indicam que seguem Durkheim. Ver Emile Durkheim, *Le socialisme, sa définition, ses débuts, la doctrine saint-simonienne*, Librairie Felix Alcan, 1.928.